

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 110 /2013	Data 01/02/13
Rubrica:	Fis. 221
144189353-0	

PARÁGRAFO OITAVO – Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IGP-M/FGV, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 116 /2013	Data 01/04/13
Rubrica: 10418953-0	Fls. 222

Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5 % (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 116 /2013	Data 01/04/13
Rubrica: 44189353-0	Fls. 723

empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

122

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 116 /2013	Data 01/02/13
Rubrica: 61418253-0	Fls. 724

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 116 /2013	Data 07/04/13
Rubrica:	Fls. 725

4189353-0

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à **CONTRATADA** quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do *caput*:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/1116/2013	Data 01/04/13
Rubrica:	Fls. 726
104189352-0	

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 114 /2013	Data 01/02/13
Rubrica: 004189313.0	Fls. 327

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 111 /2013	Data 01/02/13
Rubrica: 104189357-0	Fls. 228

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Proc. nº E-09/008/ 10 /2013	Data 01/02/13
Rubrica: 1641893-53-0	Fls. 229

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

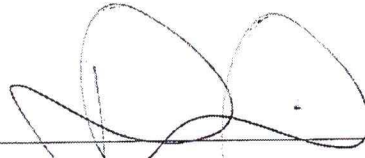
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

SECRETARIA PÚBLICA ESTADUAL	
Proc. nº 4189/153-0	Data 01/04/13
Rubrica:	Fls. 130

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 06 de Novembro de 2014.



HÉLIO PACHECO LEÃO

Secretaria de Estado de Segurança

Ordenador de Despesas



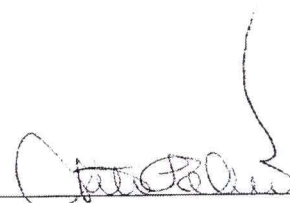
JOSE GABRIEL DA SILVA

2G Comércio e Serviços EIRELI-EPP

Procurador



TESTEMUNHA 10.122.1792



TESTEMUNHA
TULIO CARLOS VAZ DE OLIVEIRA
SESEG - Mat. 9.116.501-9

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROC. Nº E-09/000/ 11 ^ª /2013	Data 01/01/13
Rubrica: 104189553-0	Fls. 231



NOVA
**Imprensa
Oficial**
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro recebeu o ofício eletrônico nº **1314314**, em 06/11/2014 às 17h22min, com a **solicitação de publicação** de matérias com as seguintes características:

Jornal: Parte I (Poder Executivo)
Data prevista de publicação: 10/11/2014
Forma de pagamento: Isento

Id	Arquivo(s)	Tipo	CM/Col	Valor (R\$)
1758204	- extrato.rtf (6,35 cm - 41,19 KB)	I - Extrato de Instrumento Contratual	6,35	0,00
Total (ISENTO):			6,35	R\$ 0,00

As matérias **somente serão publicadas após a análise e a validação** de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias no Diário Oficial, ou seja, as matérias que estiverem fora das normas não serão publicadas. Nos casos em que haja impossibilidade da referida publicação, o solicitante será avisado através de seu e-mail.

Atenção: Este comprovante não serve como demonstrativo financeiro, uma vez que as matérias enviadas poderão ser devolvidas, sustadas ou ainda ter o tipo corrigido pela área comercial da IOERJ.

Data/Hora da impressão: 06/11/2014, às 17h22min.



Imprimir recibo



Fechar

130

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS) - Módulo Captação

SECRETARIA PÚBLICA ESTADUAL	
Proc. nº 1.000.000/11/2013	Data 04/07/13
Rubrica: Id 4189353-0	232

INFORMES MENSAIS

Atos Jurídicos / Adjudicações / Licitações Homologadas

Atos Jurídicos / Adjudicações / Licitações Homologadas**Competência**

TCE RJ

Nº do processo licitatório *

1.000.000/11/2013

Modalidade

15 - Pregão eletrônico

Tipo de licitação

3 - Menor preço p/Item

Regime de execução

5 - Preço Unitário

Edital/Convite

PE 035/2014

Data da publicação

23/09/2014

Data do início do certame

03/10/2014

Data da homologação

28/10/2014

Imprensa Oficial

DOERJ nº 203 de 29/10/14, pág. 10

Objeto

Contratação de empresa prestadora de serviços de asseio, conservação e atividades auxiliares para a 5ª RISP

Valor estimado (R\$) *

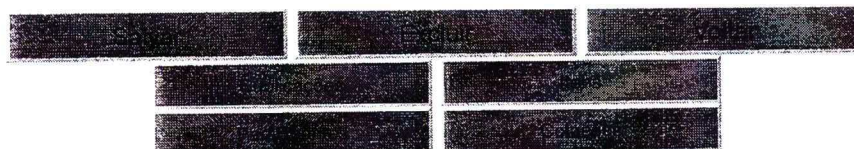
327960,84

Exame prévio da Assessoria Jurídica *

• • • • •

(*) Campos de preenchimento obrigatório

(**) Antes de clicar nos botões "Participação", "Favor", "Participante" e "Cancelar", clique as alternativas que aparecerem disponíveis.



131

ADMINISTRAÇÃO VINCIADA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
www.emop.rj.gov.br

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 0582014.
PARTE: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP e a Empresa Servir Rio Serviços Especializados Ltda.
DATA DA ASSINATURA: 29/10/2014.
OBJETO: Formalizar modificações de quantidades incidindo contratos referente a execução de obras de reforma geral no DETRAN - Posto de Habilitação/Habilitação Civil - Situa, no Município do Rio de Janeiro.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/002/002-816/2013.

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 06 ao Contrato nº 0952013.
PARTE: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP e a Empresa Servir Rio Serviços Especializados Ltda.
DATA DA ASSINATURA: 29/10/2014.
OBJETO: Formalizar a prorrogação do prazo do contrato ora aditado, bem como a modificação de quantidades, referente às obras de implantação da unidade de Serviços do DETRAN/RJ - ilha do Governador, no Município do Rio de Janeiro.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/002/002-145/2013.

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 08 ao Contrato nº 117/2012.
PARTE: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP e a Empresa Construção Serviços Técnicos de Engenharia S.A.
DATA DA ASSINATURA: 08/08/2014.
OBJETO: Formalizar a prorrogação do prazo para a execução das obras de reforma e restauração do Colégio Estadual Coronel Benedito Guimarães, no Município de Valença.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/041/330/2011.
 *Ordem no D.O. de 25/09/2014. Id: 1753372

Secretaria de Estado de Segurança

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 078/2014.
PARTE: Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado de Segurança e a empresa 2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP - CNPJ: 17.045.001/0001-08

OBJETO: Prestação de Serviços de Assessoria, Conservação e Atividades Auxiliares para a 5ª RISP.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 203.745,84 (duzentos e três mil setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05/11/2014.
FISCAL DO CONTRATO: Luiz Cláudio de Oliveira Ramos, Id. Func. 950324624, Alexandre Araújo Ferreira, Id. FICERJ 63.901-3 e Gabriela Savignion Cardoso Gigante, Id. 98733567 DIO.
GESTOR: Juliana da Rocha Pereira, mat. 2450327, Cláudia Cristina Azevedo Ramos, mat. 44202585 e Débora Suzely Pereira, mat. 2450014-3.
FUNDAMENTO: Processo nº E-09/008/115/2013.
NOTA DE EMPENHO: 1014NE00089 Id: 1754254

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo de Adesão ao Contrato nº 058/2013, entre o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Segurança e a EMPRESA GRUPO IMPACTO EMPREEN- DIMENTOS EIRELI-EPP. Objeto: prestação de serviços de segurança por meio do instrumento nº 058/2013, em razão do Convênio Coletivo de Trabalho 2014/2015, aplicando a quantia de R\$ 89.974,32 (oitenta e nove mil novecentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 30/10/2014. PROCESSO Nº E-09/056/004/2012. Id: 1755427

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A 1ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/PCERJ/SESEG, situada na Rua da Relação, nº 42, sala 304, Centro - RJ, telefones 2332-9427 e 2332-9921 (fax), torna público que o PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/12/2014, Processo nº E-09/033/355/17/04/2012, do tipo MENOR PREÇO GLO- BAL, PDR LOTE, realizado no dia 06 de novembro de 2014, às 13:01 horas, que teve por objeto a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para o DCEPT, conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo I, no valor total estimado de R\$ 35.811,12 (trinta e três mil oitocentos e onze reais e doze centavos), neste DESERTO. Id: 1757693

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/PCERJ/SESEG, situada na Rua da Relação, nº 42, sala 304, Centro - RJ, telefones 2332-9427 e 2332-9921 (fax), torna público o resultado da sessão de julgamento e habilitação da TOMADA DE PREÇOS nº 007/2014. Processo nº E-

09/161/80/2013, realizada no dia 06 de novembro de 2014, às 14:00 horas, que teve por objeto a Prestação de Serviços de Engenharia, compreendendo reparos e melhorias com adaptação da ACADÉPOL para implantação da DELESC, com o fornecimento e colocação de materiais, que serão executados obedecendo às especificações técnicas, normas técnicas, métodos e especificações aprovadas, conforme especificado e quantificado, na forma dos Anexos e demais partes integrantes do instrumento convocatório, no valor de R\$ 132.707,72 (cento e trinta e dois mil setecentos e sete reais e setenta e dois centavos). Efetuaram a entrega do Edital de Tomada de Preços às em- presas CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS LTDA, A L DE M SILVA CONSTRUÇÃO E REFORMAS LTDA-EPP, a CONSTRUTORA EMPREI- TEIRA LTDA, Rosarom e Equil através do sistema SIGA as signa- tas empresas: ARMAZEM DE SOLUÇÕES LOCAÇÕES DE EQUIPA- MENTOS E MATERIAIS LTDA, JOSÉ WANDERLEY SCHMALTZ EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, ISS ANAULO DE AQUINO, TRA SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA e IGOR PAULO SILVA BERNARDO-ME. Aberta a sessão, ocasião em que a Comissão recebeu os envelopes da documentação (Envelope A) e proposta de preços (Envelope B) da empresa A L DE M SILVA CONSTRUÇÃO E REFORMAS LTDA-EPP. Após a análise da referida documentação de habilitação e aprovação da qualificação técnica, a Comissão, por unanimidade, resolveu habilitar a empresa A L DE M SILVA CONSTRUÇÃO E REFORMAS LTDA-EPP.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/PCERJ/SESEG, situada na Rua da Relação, nº 42, sala 304, Centro - RJ, telefones 2332-9427 e 2332-9921 (fax), torna público o resultado da sessão de julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 002/2014, Processo nº E-09/161/80/2013, realizada no dia 06 de novembro de 2014, às 14:00 horas, que teve por objeto a Prestação de Serviços de Engenharia, compreendendo reparos e melhorias com adaptação da ACADÉPOL para implantação da DELESC, com o fornecimento e colocação de materiais, que serão executados obedecendo às especificações técnicas, normas técnicas, métodos e especificações aprovadas, conforme especificado e quantificado, na forma dos Anexos e demais partes integrantes do instrumento convocatório, no valor de R\$ 132.707,72 (cento e trinta e dois mil setecentos e sete reais e setenta e dois centavos). Aberta a sessão, a empresa A L DE M SILVA CONSTRUÇÃO E REFORMAS LT- DA-EPP, apresentando proposta no valor de R\$ 132.707,72 (cento e trinta e dois mil setecentos e sete reais e setenta e dois centavos) sendo as planilhas contidas e aprovadas pelo representante do Órgão Técnico presente. Assim, após aprovação das planilhas apresentadas pe- la empresa no valor de R\$ 132.707,72 (cento e trinta e dois mil se- ptecentos e sete reais e setenta e dois centavos) a Comissão, por uni- midade, resolveu aceitar a adjudicação do feito a empresa A L DE M SILVA CONSTRUÇÃO E REFORMAS LTDA-EPP, por ter oferecido o menor preço global no valor de R\$ 132.707,72 (cento e trinta e dois mil setecentos e sete reais e setenta e dois centavos). Id: 1758142

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE DIREITOS E VANTAGENS
EDITAL

Categoria Funcional Oficial de Cartório - 6ª CLASSE

O Chefe do Serviço de Direitos e Vantagens faz publicar o Edital de Apuração de tempo de serviço até 21/04/2013, com vistas à promoção com validade a contar da mesma data.

Tempo de Serviço

ID. Func.	Nome	Classe a.m.d	Nota Média	Serv. Polic. a.m.d
43656040	Sidney Dantas Barreto	02.09.25	77,74	02.09.25
43656044	Marco Frandim Parangaba	02.09.25	76,37	02.09.25
43656047	Luiz Maria Reis Salgado	02.09.25	76,37	02.09.25
43657523	Diego Cláudio Machado	02.09.25	75,99	02.09.25
43657529	Leonardo Ferreira Dias	02.09.25	75,37	02.09.25
43657530	Leonardo Dantas Gonçalves Engel	02.09.25	74,87	02.09.25
43657539	Bruno Alvez Tavares	02.09.25	74,62	02.09.25
43657559	Leonardo Assis Rodrigues	02.09.25	74,12	02.09.25
43657569	Marcus de Leoni Ramiro Dutra	02.09.25	73,50	02.09.25
43657585	Caroline de Almeida Figueiredo	02.09.25	72,49	02.09.25
43657590	Vander Simões Reis Junior	02.09.25	72,42	02.09.25
43657594	Renato Soares Guimarães	02.01.00	6,00	02.01.00
43657596	Julio Moraes Gomes Ribeiro	02.01.00	6,00	02.01.00
43657598	Ricardo de Souza Carvalho	02.01.00	6,00	02.01.00
43657599	Danielle Rosa de Oliveira	02.01.00	6,00	02.01.00
43657600	Pedro Policarpo do Mendonça Fereiro	02.01.00	6,00	02.01.00
43657601	Václav Lima Pires	02.01.00	6,00	02.01.00
43657602	Alan Santos da Costa	02.01.00	6,00	02.01.00
43657603	Fabiana dos Santos de Araújo	02.01.00	6,00	02.01.00
43657604	Alexandre Alves Farias	02.01.00	6,00	02.01.00
43657605	Anaís Dias da Silva	02.01.00	6,00	02.01.00
43657606	Fernando Lopes de Araújo Junior	02.01.00	6,00	02.01.00
43657607	Pedro Funes Torres	02.01.00	6,00	02.01.00
43657608	Rafael Constantino Pereira	02.01.00	6,00	02.01.00
43657609	Marcus Vinícius Cruz do Nascimento	02.01.00	6,00	02.01.00
43657610	Julio César Ferreira Gaspar	02.01.00	6,00	02.01.00
43657611	Leonardo Rosário	02.01.00	6,00	02.01.00
43657612	Silvanio Cavalcanti de Melo Junior	02.01.00	6,00	02.01.00
43657613	Luís Naumano Falcão	02.01.00	6,00	02.01.00
43657614	Raíssa da Silva Almeida	02.01.00	6,00	02.01.00
43657615	Aurea Dirlean Rodrigues	02.01.00	6,00	02.01.00
43657616	Luiza Fernandes Xavier	02.01.00	6,00	02.01.00
43657617	Leandro de Oliveira Araújo	02.01.00	6,00	02.01.00
43657618	Rafael Martins Paulista	02.01.00	6,00	02.01.00
43657619	Clay Bravin Fernandes	02.01.00	6,00	02.01.00

Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para eventuais contestações, as quais deverão ser formuladas devidamente no protocolo do Serviço de Direitos e Vantagens - SEDVRH, situado na Rua da Relação nº 42, sala 102, no Edifício Sede, no horário de 09 às 15h.

Id: 1758149

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS DE CONTRATOS

INSTRUMENTO: Termo de Contrato de Comodato nº 172/2014 de 14 de outubro de 2014.

PARTE: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa DIAGNOCEL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: Comodato de Equipamentos Automatizados para análise de testes laboratoriais, referente ao Pregão nº 094/2013.

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir de 14 de outubro de 2014.

FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº E-09/094/1633/2013.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato de Comodato nº 174/2014 de 16 de outubro de 2014.

PARTE: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa PLAST LABOR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E LABORATÓRIO LTDA.

OBJETO: Comodato de Equipamentos Automatizados para análise de testes laboratoriais, referente ao Pregão nº 094/2013.

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir de 16 de outubro de 2014.

FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº E-09/094/1633/2013.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato de Comodato nº 169/2014 de 16 de outubro de 2014.

PARTE: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa ALL LABOR MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: Comodato de Equipamentos Automatizados para análise de testes laboratoriais, referente ao Pregão nº 094/2013.

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir de 16 de outubro de 2014.

FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº E-09/094/1633/2013.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato de Comodato nº 171/2014 de 22 de outubro de 2014.

PARTE: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa DIAGRAM COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA.

OBJETO: Comodato de Equipamentos Automatizados para análise de testes laboratoriais, referente ao Pregão nº 094/2013.

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir de 22 de outubro de 2014.

FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº E-09/094/1633/2013.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato de Comodato nº 173/2014 de 23 de outubro de 2014.

PARTE: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa NEWDIAG PRODUTOS MEDICOS E DIAGNOSTICOS LT-DA.

OBJETO: Comodato de Equipamentos Automatizados para análise de testes laboratoriais, referente ao Pregão nº 094/2013.

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir de 23 de outubro de 2014.

FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº E-09/094/1633/2013.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato de Comodato nº 170/2014 de 24 de outubro de 2014.

PARTE: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa ARTLAB PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA.

OBJETO: Comodato de Equipamentos Automatizados para análise de testes laboratoriais, referente ao Pregão nº 094/2013.

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir de 24 de outubro de 2014.

FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº E-09/094/1633/2013.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato de Comodato nº 175/2014 de 23 de outubro de 2014.

PARTE: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a

empresa QUALITY VIDA COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABO- RATORIO LTDA.

OBJETO: Comodato de Equipamentos Automatizados para análise de testes laboratoriais, referente ao Pregão nº 094/2013.

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir de 23 de outubro de 2014.

FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº E-09/094/1633/2013.

Id: 1757690

Secretaria de Estado de
Administração Penitenciária

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso nº 95/10.

DATA: 03/11/2014.

PARTE: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de En- junho de Administração Penitenciária e o estudante JESSE AUGUSTO GOMES DA COSTA, na curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS, com a in- termediação da UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA.

OBJETO: Convênio formalizado com a Secretaria de Estado de Ad- ministração Penitenciária, para estágio remunerado de natureza cur- ricular.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da publicação no Diário Oficial.

SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS - CARTEIRA DE VIDA E PREVIDÊNCIA SIA: Anúncio nº 504/979, Imperfui- ção esportiva R\$ 5.900,00 (cinco mil reais).

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso nº 95/11.

DATA: 03/11/2014.

PARTE: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e o residente THAIS ALVES DE OLIVEI- RA PRADO, no curso de FARMÁCIA, com a intermediação de IFRR.

OBJETO: Convênio formalizado com a Secretaria do Estado de Ad- ministração Penitenciária, para estágio remunerado de natureza cur- ricular.

132



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Subsecretaria de Gestão Estratégica

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 078/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 078/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E A EMPRESA 2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP, QUE TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA**, com sede na Praça Cristiano Ottoni, s/nº, Edifício D. Pedro II, 7º andar, Centro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 42.498.725/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Subsecretário de Gestão Estratégica **HÉLIO PACHECO LEÃO**, matrícula 954.694-6, carteira de identidade nº 3.220.710, expedida pela SSP/PR, CPF 504.172.159-91 e a empresa **2G COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP**, situada na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, 1939, Sala 208, Vinte e Cinco de Agosto – Duque de Caxias, Rio de Janeiro, CEP 25.071-181, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 17.695.001/0001-09, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada nesta ato por **JOSÉ GABRIEL DA SILVA**, célula de identidade nº 200105856 DIC/RJ e CPF nº 109.662.037-55, domiciliado na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, 1939, Sala 208, Vinte e Cinco de Agosto – Duque de Caxias, Rio de Janeiro, CEP 25.071-181, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO n° 078/2014**, com amparo na cláusula segunda, parágrafo primeiro do ajuste e no artigo 57, inciso II; artigo 40, inciso XI c/c artigo 55, inciso III, todos da Lei 8.666/93 da Lei nº 8.666/93 de 21.06.1993 e suas alterações, tendo em vista o contido no processo administrativo nº. E-09/008/116/2013, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 078/2014, relativo à prestação de serviços de asseio, conservação e atividades de auxiliares para a 5ª RISP, na forma do

MBS

133

8



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Subsecretaria de Gestão Estratégica

Termo de Referência e repactuação dos preços ajustados, baseado em valores da Convenção Coletiva de Trabalho – 2015/2016

Parágrafo Único - O prazo de vigência inicialmente previsto foi de 12 (doze) meses contados a partir de 17/11/2014, estabelecido na cláusula segunda do contrato nº 078/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Prorrogação do Prazo: Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, a contar de 17/11/2015 (inclusive) tendo por término o dia 16/11/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2015, assim classificados:

Natureza das Despesas: 3390 – Despesa Corrente

Fonte de Recurso: Fonte 00 - Tesouro

Programa de Trabalho: 2601.06.181.0147.2900 – Operacionalização de órgãos estratégicos

Nota de Empenho: _____

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento: Em razão deste Termo Aditivo, o **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 219.928,43 (duzentos e dezenove mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos), sendo o valor de R\$ 213.189,12 (duzentos e treze reais, cento e oitenta e nove reais e doze centavos) em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 17.765,76 (dezessete mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos) e o valor de R\$ 6.739,31 (seis mil, setecentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos), referente a repactuação dos preços ajustados, no período de março/2015 à novembro/2015, baseado em valores da Convenção Coletiva de Trabalho – 2015/2016, por meio de depósito na Conta Corrente nº 49.678-2, Agência 2014, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado – Banco Bradesco S/A.

nsq.

134



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Subsecretaria de Gestão Estratégica

CLÁUSULA QUINTA - Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato: Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 219.928,43 (duzentos e dezenove mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 423.677,27 (quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos).

CLÁUSULA SEXTA - Da Garantia: A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual com prazo de validade de 17/11/2015 a 16/11/2016, no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - Ratificação: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - Publicação e Controle: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATADA**.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
HÉLIO PACHECO LEÃO

2G COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP
JOSÉ GABRIEL DA SILVA

Testemunha
CPF

Juliana da Rosa Lima
099.226.077-94

Testemunha

Marliela Bonfim
058.847.047-46